

O PROFESSOR, A LÍNGUA INGLESA E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Amanda Yasmini Braga da Silva¹; Giseli Bueno Berti²; Gustavo Roberto Martins³

¹Instituto de Ensino Superior de Bauru; ²UNESP-Bauru; ³UNESP-Bauru

RESUMO

A Base Nacional Comum Curricular, homologada neste ano, passa a ser o documento maior da Educação Brasileira. As mudanças na educação a partir desse documento refletem no objeto de pesquisa desse artigo que tem por escopo a análise do componente curricular de Língua Inglesa sob a perspectiva da Base Nacional Comum Curricular. Dessa forma, o documento propõe que os quatro eixos, a saber: oralidade, leitura, escrita e dimensão intercultural, sejam desenvolvidos nos alunos em concomitância com o uso das tecnologias. Entretanto, sabe-se que existem inúmeras instituições precárias quanto aos recursos a serem utilizados pelo professor, bem como a falta de capacitação do mesmo tanto para lidar com os desafios da BNCC, como em utilizar esses recursos tecnológicos em sala de aula. Portanto, para a realização dessa pesquisa foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental. Destarte, pode-se concluir que para que a BNCC seja posta em prática, é necessário investir na formação continuada dos professores de língua inglesa e o preparo dos mesmos para contemplar as propostas, bem como estimular os alunos e inculcar nos mesmos a importância da língua inglesa no âmbito intercultural e comunicacional.

Palavras-chave: BNCC. Língua Inglesa. Formação de professores.

1 - INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) entrou em vigor a partir do ano de 2018. Em relação ao ensino de Língua Inglesa, nota-se que esta contempla em sua proposta um ensino humanístico e integral do indivíduo, perfazendo desde a construção de uma sociedade igualitária até aspectos relacionados às habilidades na aquisição de um idioma. É, também, um aspecto relevante do documento a obrigatoriedade do ensino de Língua Inglesa desde o Ensino Fundamental (6º ano) ao Médio. No que tange o documento e sua obrigatoriedade, pode-se citar que pela “[...] aprovação da Medida Provisória 746/2016, [...] compreende-se, desta forma, estar sendo reconhecido na legislação o caráter de língua franca de comunicação internacional assumido pela língua inglesa, bem como seu papel central na mediação de práticas interculturais (COUTINHO, 2017, p. 3). Ainda de acordo com o documento, o professor deve possuir atitude em relação aos recursos linguísticos para o rompimento “de aspectos relativos à correção, precisão e proficiência linguística” (BRASIL, 2017).

À vista disso, em conformidade com os conhecimentos linguísticos dos quais o aluno deverá desenvolver, destaca-se a prática de uso, análise e reflexão sobre a língua. Segundo o documento o uso da língua deve “propiciar reflexões sobre noções como adequação, padrão, variação linguística e inteligibilidade” (BRASIL, 2017, p. 243). Entretanto, sabe-se que esses

aspectos não condizem somente com a comunicação, proposto pelo documento (BRASIL, 2017, p.199).

Isto posto, a pergunta de pesquisa que verte a partir da leitura do documento e de materiais relacionados à temática do ensino de Língua Inglesa no Brasil, atrelados à formação de professores, busca compreender quais possíveis competências o professor de língua inglesa deverá contemplar para proposta da Base Nacional Comum Curricular. Na tentativa de encontrar possíveis respostas, as hipóteses que norteiam esse estudo se embasam na prática contextualizada e a formação do professor, que, por sua vez, sem políticas de formação continuada, não consegue a praticidade da BNCC em sala de aula.

O escopo dessa pesquisa é analisar a proposta da Base Nacional Comum Curricular sobre a Língua Inglesa e as adequações realizadas para sua implementação. Já os objetivos específicos são: investigar o aspecto de proficiência exigido pelo documento em relação ao aluno no decorrer do Ensino Fundamental e verificar a formação dos professores para a contemplação do documento.

Para a realização dessa pesquisa optou-se pela pesquisa documental e bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2011), uma vez que foram analisados materiais concernentes à temática e documentos oficiais da educação brasileira.

1. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A LÍNGUA INGLESA

A Base Nacional Comum Curricular, assim como mencionado em sua apresentação, é um documento preparado por especialistas de cada área do conhecimento, a qual recebeu críticas e sugestões até consolidar-se na terceira versão. De acordo com a introdução do documento (BRASIL, 2017) os objetivos visam a uma “formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2017, p.7).

Desse modo, a BNCC tem como escopo o desenvolvimento de competências que irão proporcionar ao aluno à prática plena da cidadania e habilidades para resoluções de situações cotidianas, tais como cognitiva e socioemocionais. No âmbito da língua inglesa, temática de análise desse estudo, a BNCC e suas diretrizes pouco investiram em sua elaboração para a quebra do estigma negativo que a língua inglesa enfrenta dentro do currículo comum.

Como forma de corroborar o mencionado, de acordo com o British Council (2015), existe uma desvalorização do idioma inglês no currículo escolar. De acordo com o British Council (2015, p.18) “[...] o inglês é uma matéria de importância secundária, que contribui menos para a formação dos alunos do que outras matérias da formação básica, como português e matemática”. Portanto, a BNCC deve, por meio da reformulação e da obrigatoriedade do idioma, reforçar sua importância e reverter esse quadro, como por exemplo, aumentando a carga horária da disciplina.

No que tange a língua inglesa e seu ensino, o escopo abarcado no documento tem como base a globalização, possibilitando ao aluno o acesso aos saberes linguísticos necessários para o desenvolvimento crítico do estudante. Ainda no que diz respeito à língua inglesa, esta está pautada em três finalidades: caráter formativo (educação linguística, língua franca), multiletramentos (ou seja, o aluno capaz de circular entre diferentes “semioses e linguagens (verbal, visual, corporal, audiovisual)” (BRASIL, 2017, p.240) e a atitude do professor em relação à expansão da língua, em reconhecer que não existe inglês certo ou errado em ensinar, levando sempre em consideração a inteligibilidade linguística (rompendo, até mesmo, aspectos de correção, precisão e proficiência linguística) (BRASIL, 2017).

Os eixos propostos vertem da oralidade: “as práticas de linguagem oral presenciais, com contato face a face – [...] –, constituem gêneros orais nas quais as características dos textos, dos falantes envolvidos e seus “modos particulares de falar a língua” (BRASIL, 2017, p. 241). O documento ainda menciona:

Para o trabalho pedagógico, cabe ressaltar que diferentes recursos midiáticos verbo-visuais (cinema, internet, televisão, entre outros) constituem insumos autênticos e significativos, imprescindíveis para a instauração de práticas de uso/interação oral em sala de aula e de exploração de campos em que tais práticas possam ser trabalhadas. (BRASIL, 2017, p. 241)

O eixo relacionado à leitura enfatiza a construção de significados por meio da compreensão e interpretação de gêneros escritos e multimodais variados em língua inglesa. Por meio deste, também, é possível desenvolver estratégias de reconhecimento textual, produção e reflexão de temas. Existe a preocupação em proporcionar ao aluno diferentes tipos de leitura, como meios digitais. Ao estudante é proposta a análise e problematização por meio de leituras multimodais para o desenvolvimento da leitura crítica e construção de um “percurso criativo e autônomo de aprendizagem da língua” (BRASIL, 2017, p. 242).

O eixo da escrita busca contemplar dois fatores do ato de escrever, isto é, na esfera individual e coletiva, de planejamento-produção-revisão tendo sempre como objetivo a comunicação. Esse aspecto se inicia com a escrita que utiliza poucos aspectos verbais, para, em seguida, abarcar textos mais complexos (BRASIL, 2017). Relativo a esse eixo tem-se os conhecimentos linguísticos, que seria a prática da oralidade e da escrita dentro de um discurso proporcionando aos interlocutores reflexões sobre o uso da língua inglesa.

O último eixo mencionado no documento é o da dimensão intercultural, prática esta embasada na relação da língua e sua importância para a comunicação internacional, reforçando seu status de língua franca.

Em concomitância com o ensino do idioma em sala de aula, é esperado que ocorra uma interação com aspectos tecnológicos, rompendo barreiras linguísticas e mostrando a língua inglesa falada como instrumento internacional de comunicação, não somente nos países em que é o idioma nacional.

Entretanto, após os eixos propostos pela BNCC (2017) quanto ao ensino de língua inglesa, é possível analisar, de acordo com o British Council (2017) que existem discrepâncias entre a teoria apresentada e a prática do ensino em sala de aula. A constituição do documento dá-se de forma fragmentada e descontextualizadas da língua inglesa. De acordo com o documento:

Vislumbramos, então, uma forma de ensino que fortalecerá a antiga e tão praticada visão tecnicista e meramente instrumental da língua, ao valorizar aspectos estruturais da LI sem dar condições e suporte ao professor para que rompa com o paradigma de ensino do vocabulário mais gramática. (BRITISH COUNCIL, 2017, p.9)

No decorrer da leitura do documento (BRASIL, 2018), é possível observar, também, traços tecnicistas quanto ao ensino da língua inglesa, mesmo com a proposta de articulação entre diversas áreas, incluindo a questão do multiletramento.

2. COMPETÊNCIAS EM LÍNGUA INGLESA DO ALUNO DO ENSINO BÁSICO

Por meio de caminhos e meios globalizados em que os alunos estão altamente inseridos, o autor Almeida Filho (2009) aponta que já não há mais uma necessidade em ter que aprender uma língua estrangeira, pois esse instinto já se constrói e nasce com o indivíduo de um grosso modo. Entretanto, para a autora Rosa (2007), esse processo toma um caminho diferente:

As aprendizagens vão acontecer em função das necessidades do indivíduo; estas tendem a gerar um desequilíbrio, fazendo com que imediatamente sujam motivos; [...] assim podemos dizer que, para que ocorram as aprendizagens é necessário um estado de alerta (moderado), impulso, vontade e desejo de aprender, ou seja motivação. (ROSA, 2007, p. 28)

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, BNCC, as habilidades e competências são caminhos e meios que os alunos perpassarão para consolidar o aprendizado, estas estão separadas por anos do Ensino Fundamental, ciclo II e Médio, grafadas em tópicos que são chamados de Eixos, denominados: Oralidade, leitura, escrita, conhecimentos linguísticos e dimensão intercultural. (BRASIL, 2018, p. 243)

O Eixo oralidade, para a Base Nacional Comum Curricular, está voltada às “Práticas de compreensão e produção oral de língua inglesa, em diferentes contextos discursivos presenciais ou simulados, com repertório de falas diversas, incluída a fala do professor.”, (BRASIL, 2018), percebe-se, por fim, a importância do professor como influenciador no meio comunicativo para o aluno, uma vez que a fala, de modo indireto, começa a ter foco nele.

Já no Eixo de leitura, este documento orienta a leitura de um modo multifacetado, envolvendo os conhecimentos prévios:

Práticas de leitura de textos diversos em língua inglesa (verbais, verbo-visuais, multimodais) presentes em diferentes suportes e esferas de circulação. Tais práticas envolvem articulação com os conhecimentos prévios dos alunos em língua materna e/ou outras línguas. (BRASIL, 2018, p. 244).

Ao passo em que para o Eixo da escrita, as práticas são outras, mas não tão diferentes com o modo de sua aplicabilidade, ou seja, sempre envolvendo os conhecimentos prévios dos alunos, contextualizando sempre.

Práticas de produção de textos em língua inglesa relacionados ao cotidiano dos alunos, em diferentes suportes e esferas de circulação. Tais práticas envolvem a escrita mediada pelo professor ou colegas e articulada com os conhecimentos prévios dos alunos em língua materna e/ou outras línguas.” (BRASIL, 2018, p. 246)

Ainda no que diz respeito as habilidades e competências, no Eixo de Conhecimentos Linguísticos, é pautado que às “Práticas de análise linguística para a reflexão sobre o funcionamento da língua inglesa, com base nos usos de linguagem trabalhados nos eixos Oralidade, Leitura, Escrita e Dimensão intercultural.”. (BRASIL, 2018). Isso tem-se como um item muito importante, uma vez que todas as línguas são definidas pelos seus fonemas e morfemas e a análise desta, fará com que o aluno entenda, por conseguinte, a relação deste funcionamento.

O último item descrito, Eixo de Dimensão Intercultural traz a seguinte afirmação: “Reflexão sobre aspectos relativos à interação entre culturas (dos alunos e aquelas

relacionadas a demais falantes de língua inglesa), de modo a favorecer o convívio, o respeito, a superação de conflitos e a valorização da diversidade entre os povos.” (BRASIL, 2018). O que ainda se mantém dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), tendo em vista que é indissociável apresentar uma língua estrangeira, aprender os seus recursos fonológicos e gráficos, sem com que isso não esteja atrelado com os costumes e a vivência deste povo e, ainda assim, o aluno não faça essa intertextualidade da sua língua materna, com a língua escolhida para estudo.

Para tal, cuja a necessidade, sabe-se que é importante o aprendizado da língua estrangeira moderna – Inglês. No entanto, essas competências só serão inseridas nos alunos se o professor encaminhar e cultivar a sua aula buscando uma ponte cultural entre o idioma escolhido com o idioma de origem, diga-se de passagem, a Língua Inglesa, visando ainda, tratar dessa linguagem apontando os comportamentos verbais e não verbais. A partir de então, teremos um meio facilitador da aquisição de conhecimento. (AMORIM, 2008, p. 43)

3. FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA E O BNCC

Em contrapartida ao que propõe a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), os professores de língua inglesa não estão ou não se sentem preparados o suficiente para o ensino do idioma, considerado, agora, como obrigatório, especialmente em relação ao eixo da tecnologia, abordado no tópico 1 deste artigo. Dados do Censo da Educação Básica 2017 revelam que apenas 42% dos docentes têm formação específica na área, isto é, outros professores de outras licenciaturas acabam por lecionar a língua inglesa; disciplina esta que perde somente para Artes (INEP, 2017).

Segundo Almeida (1993) o ensino de língua inglesa é o processo de aprendizagem do aluno com a língua estrangeira, o contato com outra língua e cultura um processo de interação social. Também, como nos assegura HOLDEN (2009), o ensino de língua inglesa é por ser uma língua utilizada em diversos países, para negócios, transações e interações internacionais, o ensino de língua inglesa nas escolas necessitam de melhores condições, para os alunos, mas principalmente para os professores.

Para Perin (2005) o ensino de língua inglesa facilita a interação do aluno na sociedade, em virtude do fato da importância de uma segunda língua para o mercado de trabalho e para globalização. Portanto, é necessário que aconteça melhorias quanto ao ensino da língua inglesa na sala de aula, para que a aprendizagem seja eficaz.

Para esse autor:

O ensino de língua inglesa permite o trabalho com a língua estrangeira em sala de aula parte do entendimento do papel das línguas nas sociedades como mais do que meros instrumentos de acesso à informação: as línguas estrangeiras são possibilidades de conhecer, expressar e transformar modos de entender o mundo e desconstruir significados. (PERIN, 2005, p. 58)

Dessa forma, é possível verificar nessa citação, o ensino de língua inglesa é aplicado na aprendizagem sociocultural do aluno. Evidentemente essa aplicação pode ser utilizada para que o aluno adquira uma nova língua e tenha acesso a outra cultura e possa ser integrado ao mercado de trabalho, sem que as dificuldades enfrentadas nas escolas possam impossibilitar essa aprendizagem.

Uma das dificuldades que o professor encontra em sala de aula é a própria desmotivação do aluno e as dificuldades da aprendizagem. Além da baixa remuneração, carga horária baixa para a disciplina de língua estrangeira, salas superlotadas, insegurança por indisciplina e má remuneração da profissão (CELANI, 2001). Em virtude dessa realidade, o professor acaba assumindo diversas aulas em várias escolas e até mesmo outras disciplinas, o que culmina por desmotivar o docente, tornando inviável a busca pelo aperfeiçoamento do desenvolvimento profissional (DE PAULA, 2010).

Em relação ao uso das tecnologias em sala de aula e como preconiza a BNCC sobre o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos, a formação do professor não é o suficiente para abarcar essa prática em sala de aula, mesmo porque existem instituições precárias em sua estrutura que não possibilita tal aplicabilidade.

A formação de docentes para o uso das TIC no processo de ensino/aprendizagem é uma questão recente na América Latina e ocorre com o amadurecimento dos processos de modernização tecnológica das escolas. Grande parte dos formadores de docentes na região sequer está no grupo dos chamados “imigrantes digitais”, isto é, não tiveram a oportunidade de se habilitar à adoção das novas tecnologias anos após sua própria formação docente e no exercício profissional em escolas desprovidas dessa tecnologia. (BASTOS, 2010, p.43)

Entretanto, está na BNCC (2018):

Comunicar-se na língua inglesa, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento, de ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas e para o exercício do protagonismo social. (BRASIL, 2018, p.?)

Porém, a realidade é bem diferente, a superlotação das salas junto à progressão continuada, faz com que a aprendizagem em uma carga horária pequena, seja mais lenta. (CÂNDIDO, 2011)

Dessa forma, é necessário mais investimento, seja em formação, seja em recursos para utilização na escola, por professores e alunos. Existem muitos programas que disponibilizam tecnologias, por exemplo, para as escolas, mas que infelizmente quando chegam já estão obsoletos, ou mudou o programa de governo e o projeto é descontinuado, ficando a escola muitas vezes com sucatas inúteis (TEDESCO, 2004).

Para Leffa (2011) as razões do fracasso da rede pública no ensino da língua inglesa devem-se a falta de investimento e a distância do que está no papel para o que realmente é aplicado em sala de aula.

Procuo lançar dois olhares sobre o fracasso do ensino de LE na escola pública: o primeiro, voltado para trás, procurando localizar a origem do fracasso; o segundo, olhando para frente, tentando vislumbrar possíveis soluções. Portanto, é possível compreender que há várias maneiras de ver esse fracasso, desde a criação de bodes expiatórios até a apoteose da carnavalização. A tentativa de criar bodes expiatórios é a mais primitiva: põe-se a culpa em alguém, que pode ser o governo, o professor, ou mesmo o aluno: é o mundo da condenação que separa pessoas e grupos em inocentes e culpados (LEFFA, 2011, p. 15-16).

Portanto, é necessário que seja reavaliado o processo de ensino da língua inglesa nas escolas. Para que não haja superlotação, tenha recursos, o professor seja valorizado e possa

continuar aperfeiçoando seu desenvolvimento profissional e ele tenha acesso a uma formação continuada.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise da proposta da BNCC para ensino de língua inglesa e as competências do professor para contemplar essas diretrizes para, assim, compreender as adequações realizadas para sua implementação.

De um modo geral, os professores demonstram interesse em trabalhar o proposto em sala de aula e buscam meios para estarem atualizados, mas ainda possuem algumas dificuldades, como indisciplina, falta de interesse dos alunos e a precariedade dos recursos materiais oferecidos pelas escolas. A maioria dos professores utiliza recursos didáticos em suas aulas, mas a falta de apoio da escola e a falta de tempo para planejar faz com que o uso dos recursos fique ainda muito limitado, sendo que as turmas e mesmos os alunos da mesma turma possuem perfis diferenciados.

Dada à importância do tema, torna-se necessário o desenvolvimento de projetos que visem à formação continuada dos professores, que possam desencadear competências e habilidades para garantir um ensino de maior qualidade, que atendam as diferentes necessidades dos alunos e, assim, efetivar uma prática pedagógica diferenciada. É perceptível que o problema não está na forma que a língua inglesa deve ser ensinada em sala de aula, mas sim, a capacitação dos professores e, também, dos alunos para desenvolverem as competências necessárias para contemplar as propostas do documento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J.C.P. **Dimensões Comunicativas no Ensino de Línguas**. Campinas. Pontes, 1993.

_____. **Linguística Aplicada: ensino de línguas e comunicação**. São Paulo: Pontes, 2005.

AMORIM, S. S. **O percurso histórico do ensino de Inglês no Brasil e a abordagem comunicativa no livro do Yázigi**. In: Anais... III Seminário Internacional de Educação, 2007, São Cristóvão. A pesquisa em Educação: abordagens e a questão da inclusão social, 2007. p. 1-10.

BASTOS, M.I. Formação de docentes para o uso das TIC no ensino/aprendizagem na América Latina. In: BARBOSA, A.F. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Educação 2010**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2011.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular.

BRITISH COUNCIL. **O ensino de inglês na educação pública brasileira**: elaborado com exclusividade para o British Council pelo Instituto de Pesquisas Plano CDE. São Paulo, SP:

British Council Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/estudo_oensinodoinglesnaeducacaopublicabrasileira.pdf>. Acesso em 12 fev. 2018.

CÂNDIDO DE LIMA, D. (Org.). **Inglês em Escolas Públicas Não Funciona**: uma questão, múltiplo olhares. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CELANI, M.A.A. Ensino de línguas estrangeiras: ocupação ou profissão? In: LEFFA, V. (Org.). **O professor de línguas**: construindo a profissão. Pelotas: Educat, 2001. p. 21-40.

COUTINHO, N.C. **Leitura Crítica** – Componente Língua Inglesa. Base Comum Curricular: 3ª versão.

DE PAULA, L.G. **Uma pesquisa colaborativa com duas professoras universitárias de inglês: entaves e mudanças**. 2010. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Letras/Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

HOLDEN, S. **O ensino da língua inglesa nos dias atuais**. São Paulo: SBS, 2009

LEFFA, V. Criação de Bodes, Carnavalização e Cumplicidade. Considerações Sobre o Fracasso da Lei na Escola Pública. In: CÂNDIDO DE LIMA, D. (Org.). **Inglês em Escolas Públicas Não Funciona**: uma questão, múltiplo olhares. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p.15-32.

PERIN, J.O. R. **Ensino/aprendizagem de língua inglesa em escolas públicas**: o real e o ideal. Pelotas: EDUCAT, 2005.

ROSA, J. L. (ORG.). **Psicologia e Educação: o significado do aprender**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

TEDESCO, J.C. **Educação e Novas Tecnologias**: esperanças ou incerteza? São Paulo, SP: Cortez, 2004.